
O dia que não terminou

Aline Andrade Pereira¹

Ao apresentarmos o dossiê temático *Mídia e Ditadura Militar* uma pergunta se faz presente, antes de qualquer coisa: por que ainda falar sobre o golpe de 1964 e a ditadura resultante dele que perdurou por 21 anos? A resposta mais óbvia – e não menos verdadeira – seria dizer que ao conhecer o passado temos menos chances de cometer os mesmos erros. Principalmente em um momento em que vemos grupos minoritários pedindo uma intervenção militar no governo – pelos mais variados motivos, seja pelo descontentamento com as eleições de outubro, seja em função dos escândalos de corrupção recentemente divulgados. Além disso, as datas emblemáticas, como no caso o cinquentenário completado em 2014, são momentos propícios para reflexão. Porém, há ainda uma justificativa mais urgente.

É necessário falar sobre o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar porque ela ainda se manifesta de diversas formas. A ditadura continua cada vez que a prática da tortura é utilizada e aceita como um procedimento normal pelas nossas forças policiais e militares para obtenção de informação e em toda uma cultura de autoritarismo dessas mesmas forças. A ditadura continua na manutenção da Lei de Segurança Nacional que é usada para reprimir, cada vez de forma mais brutal, manifestações legítimas de parcelas significativas da população. A cada vez que intervenções militares são pensadas como medidas higienizantes contra tudo o que há de errado no Brasil, ou que aproximações com o governo de Cuba e projetos de regulação da mídia são vistos como tentativas de se implantar uma ditadura comunista no Brasil, vemos que 1964 ainda reside entre nós. Portanto, pensar sobre a ditadura civil-militar é pensar também sobre o presente.

¹ Bolsista Pós-doc CAPES e professora visitante no PPGCOM UFJF. Email: alinexpe@yahoo.com.br

Em dezembro de 2014, a Comissão Nacional da Verdade completa os trabalhos depois de dois anos e sete meses. Instaurada para investigar crimes de violações de direitos humanos entre os anos de 1946 a 1988, teve como foco a ditadura de 1964 a 1985. O relatório final apresenta 20 mil torturados, 191 mortos e 243 desaparecidos e responsabiliza 377 pessoas (entre militares e civis) por tais atos, a maioria esmagadora cometida durante a ditadura. A tortura foi reconhecida como política de Estado adotada pelo regime e não um excesso cometido por indivíduos isolados. Dentre as 29 recomendações do relatório final da Comissão está o reconhecimento, por parte das Forças Armadas, de sua responsabilidade institucional pelas graves violações aos direitos humanos.

Admitir a responsabilidade é uma parte importante do processo de fortalecimento do país como democracia. Todavia, para que este processo seja realmente eficaz, é necessário que todos – não apenas os militares – assumam a parte que lhes cabe. Nas palavras do historiador Daniel Aarão Reis, os militares foram a grande Geni da História, a quem caberiam todas as pedras. A eles coube, durante muito tempo, a máxima culpa. Longe de eximi-los de seu papel central, é cada vez mais importante pensar também a participação da sociedade no golpe de 1964.

O clássico estudo de René Armand Dreifuss, *1964: A conquista do Estado*, já pontuava, na década de 80, a ação do complexo IPÊS/IBAD no fomento do contexto propício ao golpe, assim como o envolvimento de empresas nacionais e estrangeiras. O primeiro - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – congregava o alto empresariado, militares da Escola Superior de Guerra e, juntamente com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, atuou como célula ideológica do movimento que depôs Jango. Funcionando como uma espécie de *think tank* o Ipês incitou a população contra o governo de João Goulart, despejando na mídia material de propaganda anti-comunista. Quem leu o livro de Dreifuss e se debruçou sobre o arquivo do Ipês armazenado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro conclui que não se trata de uma tese conspiratória. Longe de apenas manipular de forma grosseira a opinião pública, trata-se, sim, de um meticuloso trabalho desempenhado exaustiva e arduamente por esses cidadãos que

conseguiram captar uma atmosfera de medo e apreensão latentes na sociedade e potencializaram-na, construindo um cenário onde o Brasil caminhava de forma célere rumo a uma ditadura comunista. Nesse sentido, a mídia representou um papel de protagonismo ao veicular este projeto.

Alguns artigos desta coletânea vão nesta direção: pensar o papel da mídia no fortalecimento do regime e também na tentativa de se desvincular do mesmo quando inseridos no período democrático. O processo de censura e as obras artísticas que florescem neste período também são objetos de análise, dentre outras temáticas, como veremos.

Datas como o cinquentenário propiciam não apenas as lembranças, mas igualmente a reflexão sobre as formas de se lembrar, que variam com o tempo, confirmando o quanto a memória é um terreno em constante disputa. Nesta temática encontram-se os artigos *Mediando a “Revolução”: a narrativa de O Globo sobre os aniversários do golpe durante o regime militar (1965-1984)*, de Juliana Gagliard e *Os trabalhos de memória e o papel de O Globo no golpe de 1964*, de Marcio de Souza Castilho. O primeiro examina a cobertura do jornal O Globo das celebrações da assim chamada pelos militares “revolução” de 1964 entre 1965 a 1985. O artigo vai além das dicotomias simplistas que rotulam a posição do jornal entre apoiar ou não o regime, mostrando os espaços que os jornalistas buscavam dentro dessa engrenagem e o papel que estes atribuíam a si mesmos. Marcio de Souza Castilho também centra sua análise no jornal O Globo, particularmente na forma como o veículo rememorou o seu apoio ao golpe. Para isso, se debruça sobre o editorial publicado na ocasião do lançamento do Projeto Memória, das Organizações Globo, em 1º de setembro de 2013.

Ainda nesta temática seguem os artigos de Allysson Viana Martins e de André Bonsanto Dias. *O Estado nas Guerras de memórias dos 50 anos do golpe militar*, de autoria de Allysson, aborda o especial do Estadão sobre os 50 anos do golpe, evidenciando o trabalho das guerras de memória – expressão de Daniel Lindenberg – expressas nas páginas deste jornal que, a exemplo de muitos outros, apoiou o golpe em um primeiro momento e, depois, com o

recrudescimento do regime, se colocou contra. O autor mostra como as histórias de vida compareceram em um volume muito menor do que os arquivos e registros oficiais, e, quando compareceram, cumprem o papel de sensibilização e vitimização. *Para além do rascunho: jornalistas “fazedores de história” e as lembranças do golpe de 1964, cinquenta anos depois*, de André Bonsanto Dias, habita seara semelhante ao indagar-se sobre as relações entre jornalismo e história nos trabalhos de lembrança da Folha de São Paulo e seu especial sobre os 50 anos do golpe. Seria o jornalismo um rascunho da História?

Viktor Chagas enfoca o papel do jornalista e sua importância na cadeia produtiva do jornalismo através da análise dos atentados às bancas de jornal acontecidos na virada dos anos 1970 para 1980 no artigo *Um outro ângulo à liberdade de imprensa: os atentados às bancas de jornais durante a ditadura militar e a compreensão legislativa sobre a distribuição da imprensa escrita no Brasil*. O autor aponta como a própria legislação equipara os distribuidores e vendedores de jornal aos jornalistas e donos de jornais, cabendo a todos igual responsabilidade pelo material comercializado. Aliado a isso, as constantes bombas e ameaças foram suficientes para diminuir drasticamente as publicações alternativas de esquerda que denunciavam os abusos da ditadura.

Marco Roxo discute no artigo *O jornalismo como etnia dos graduados. Profissionalismo, sindicatos e ditaduras* a exigência do diploma para jornalistas como uma herança da ditadura civil-militar. O autor tenta responder por que o diploma torna-se tão importante na fundação da identidade jornalística, uma vez que a obrigatoriedade do mesmo mostra-se como um traço de autoritarismo, indo de encontro ao princípio básico da liberdade de imprensa. Dessa forma, o autor acredita que o eixo da profissionalização do jornalista no Brasil se deu por um viés autoritário e os sindicatos de jornalistas também utilizaram a mesma lógica.

Magali Nascimento Cunha em seu artigo *Memória, verdade e justiça: o Projeto Brasil Nunca Mais e a comunicação alternativa nos anos de chumbo no Brasil* se dedica ao estudo da significação dos processos de comunicação alternativa em prol da memória, da verdade e da justiça durante a ditadura,

enfocando o Projeto Brasil: Nunca Mais (BNM). Ao mesmo tempo em que a ditadura civil-militar promovia o esquecimento e apagamento das torturas e arbitrariedades do seu regime, iniciativas como a Comissão de Justiça e Paz da Igreja Católica, a Rede Tortura Nunca Mais, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e o Projeto Brasil: Nunca Mais serviram como locais de preservação das memórias das vítimas do regime.

Sobre a Comissão Nacional da Verdade o artigo *Análise das audiências públicas da Comissão Nacional da Verdade: Apontamentos sobre a articulação dos conceitos de história de vida, luta por reconhecimento e memória coletiva* de Vanessa Veiga de Oliveira analisa os depoimentos feitos à Comissão e disponíveis no site You Tube. A autora identifica três funções para as histórias de vida ali relatadas: a institucional, a de visibilidade e a terceira, pedagógica.

Outros artigos se debruçam sobre a produção literária e cinematográfica do/sobre o período, como o trabalho de Caio Túlio Padula Lamas e Antônio Reis Junior *História, cinema e censura: silenciamentos e resistência em **Pra frente Brasil*** de Roberto Farias. Neste, os autores se somam a outras interpretações sobre a censura e liberação do filme *Pra frente Brasil* no período da chamada distensão política. A inicial censura e posterior liberação se deve, dentre outros fatores, à campanha empreendida pela mídia. Este episódio serviu como um momento em que ficaram claras as contradições da própria Censura.

Ana Taís Martins Portanova Barros e Danilo Fantinel com o artigo *Revelando o imaginário do filme “O dia que durou 21 anos”* fazem uma leitura deste documentário que mostra a influência dos governos estadunidenses no ambiente pré-golpe de 1964. Os autores examinam especificamente oito imagens técnicas logo no início do documentário a partir da Teoria Geral do Imaginário, de Gilbert Durand. Estas podem ser vistas como ativadoras de imagens simbólicas constitutivas de um imaginário a ser revelado sobre o período.

Elidiana Maria da Silva e Linduarte Pereira Rodrigues no artigo *Produção musical no contexto da ditadura militar: o Brasil “canta” o poder, a memória e a resistência* realizam uma leitura de algumas músicas emblemáticas do período sob o viés da Análise do Discurso francesa. As músicas enfocadas são *Alegria*, *Alegria*, de Caetano Veloso; *Pra não dizer que não falei de flores*, de Geraldo Vandré; *O bêbado e o equilibrista*, de Aldir Blanc e João Bosco; *Cálice*, de Chico Buarque e Gilberto Gil e *O meu país*, de Zé Ramalho. Os autores fazem ainda uma contextualização da MPB durante a ditadura militar.

Doris Fagundes Haussen em *Ditaduras militares latino-americanas na literatura (com o rádio)* analisa como a literatura faz uso do rádio em romances que abordam as ditaduras da América Latina durante o século XX. Para tanto, a autora seleciona os romances *Mês de cães danados*, de Moacyr Scliar, *O homem do Estado Maior*, de Carlos Alberto Abel, *De amor e de sombras*, de Isabel Allende; *O beijo da mulher aranha*, de Manuel Puig, e o conto *La vida en la ciudad*, de Ramiro Gilberto Santacruz. A autora investiga o papel do rádio nestas obras, assim como de que forma podem ser vistas em relação ao momento político.

Acreditamos que estes trabalhos vêm contribuir na compreensão de diferentes facetas deste ainda doloroso episódio na história recente do Brasil que é a ditadura civil-militar e de seus desdobramentos no presente.